



# Anais da Assembleia

N.º 13

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1977

ANO II

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1977

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Da'Oglia, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escor-sin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos e Valter Pietrângelo (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, João Fadel, Lázaro Dumont, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

Mensagem número 40/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios números 12, 13 e 18, celebrados, respectivamente em 01/07/76, 01/07/76 e 06/07/76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através do Centro Nacional de Educação Especial — CENESP, objetivando a concessão de assistência técnica e financeira, na realização de cursos e seminários que especificam.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 41/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 21/06/76 e 27/10/76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura e Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, objetivando, respectivamente, a realização do IX Festival de Música de Curitiba e IX Curso Internacional de Música do Paraná e a realização do I Curso de Animado Cultural - Formação de Monitores.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 42/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 25 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo, objetivando a implantação do sistema de suplência profissionalizante a nível de 2º grau.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 43/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 05 de julho de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da Fundação Nacional de Material Escolar, visando à execução do Programa do Livro Didático — Ensino Fundamental 76/77.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 44/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 01 de julho de 1976, com a interveniência do Governo do Estado, o primeiro entre o Ministério da Educação e Cultura e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, e o segundo entre o referido Ministério e o Colégio Nossa Senhora Medianeira, objetivando a concessão de bolsas de estudos a alunos carentes de recursos financeiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 45/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 01 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, objetivando desenvolver ação integrada na execução de programa que visa a surpir, em nível das quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 46/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 12 de julho de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, objetivando promover a difusão cultural em vários municípios do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 47/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio de 06 de abril de 1976 e respectivo termo aditivo datado de 28 de setembro de 1976, celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação

e da Cultura, objetivando a concessão de auxílio financeiro à SEC, para aplicação na área da educação física e desportos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 48/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados pelo Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura, com os municípios abaixo especificados, objetivando transferir recursos oriundos de convênio de 06/04/76 com o MEC, para aplicação na área da educação física e desportos:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Curitiba . . . . .	29/04/76
Santa Isabel do Ivaí . . . . .	22/04/76
Marialva . . . . .	19/04/76
Campo Mourão . . . . .	27/04/76
Altônia . . . . .	27/04/76
Floraí . . . . .	28/04/76
Nova Londrina . . . . .	27/04/76
Lapa . . . . .	03/05/76
Pérola . . . . .	03/05/76
Santo Antônio do Caiuá . . . . .	18/10/76
Cascavel . . . . .	07/10/76
Antonina . . . . .	14/10/76
Curitiba . . . . .	14/10/76.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 49/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Convênio de 20 de novembro de 1975 e dos respectivos termos aditivos datados de 11/05/76 e 21/06/76, celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Ensino Supletivo e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, para operacionalização de ação conjunta na implementação do PROJETO LOGOS II — Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício nas quatro primeiras séries do 1º grau, abrangendo toda área geográfica do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem número 50/77

Curitiba, 04 de março de 1977

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Acordos plurianuais celebrados pelo Estado, através da Secretaria da Educação e da Cultura, com os municípios abaixo especificados, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II – Habilitação de Professores não titulados, via ensino Supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
São Miguel do Iguaçu	25/06/76
Medianeira	25/06/76
Foz do Iguaçu	25/06/76
Palotina	28/06/76
Toledo	27/07/76
Paranaguá	30/07/76
Morretes	30/07/76
Antonina	30/07/76
Matelândia	02/08/76
Astorga	02/08/76
Sabáudia	04/08/76
Marechal Cândido Rondon	04/08/76
Ibiporã	04/08/76
Terra Roxa do Oeste	12/08/76
Guaíra	12/08/76
Assis Chateaubriand	12/08/76
Rolândia	20/08/76
Londrina	20/08/76
Santa Helena	30/08/76
Matinhos	31/08/76
Marilândia do Sul	31/08/76
Guaraqueçaba	31/08/76
Guaratuba	31/08/76
Califórnia	11/08/76
Céu Azul	31/08/76
Apucarana	31/08/76

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem número 51/77

Curitiba, 04 de março de 1977

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Formosa	30/09/76
Itapejara d'Oeste	31/12/76
Catanduvas	16/12/76
Chopinzinho	16/12/76
Ponta Grossa	13/12/76

Paissandu	20/12/76
Astorga	23/12/76
Jaguariaíva	16/12/76
Paraíso do Norte	17/12/76
Medianeira	21/12/76
Guaíra	31/12/76
Centenário do Sul	31/12/76
Ibaiti	31/12/76
Ribeirão Claro	20/12/76

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem número 53/77

Curitiba, 04 de março de 1977

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com os municípios abaixo relacionados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO	DATA DA CELEBRAÇÃO
Miraselva	31/03/76
São Jorge do Oeste	30/04/76
Ponta Grossa	21/05/76
Toledo	20/05/76
Quinta do Sol	20/05/76
Palmital	17/09/76
Palmital	17/09/76
Ibiratã	28/09/76
Paissandu	14/10/76
Campo Mourão	14/10/76
Nova Aurora	20/10/76
Bandeirantes	20/10/76
Doutor Camargo	14/10/76
Ponta Grossa	06/10/76
São Mateus do Sul	11/10/76
Joaquim Távora	20/10/76

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje de voto de profundo pesar pelo falecimento da DOUTORA HELENA DOI MYAMOTO, ocorrido ontem

na cidade de CORNÉLIO PROCÓPIO.

A extinta que desaparece prematuramente, exercia com extraordinária dedicação a medicina em Cornélio Procópio.

Era esposa do Dr. Akyo Myamoto, fazendeiro e industrial na cidade.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à Exma. Família.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977

(a) ROSÁRIO PITELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor DEVANIR DE LUCAS, ocorrido ontem em CORNÉLIO PROCÓPIO.

O extinto, pessoa grandemente estimada na cidade, era gerente da Sanbra local.

Deixa inconsolável sua esposa Dona Celeste, filhos, noras e netos.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado conhecimento a Exma. Família, e a firma Sanbra de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões em 14 de março de 1977

(a) ROSÁRIO PITELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos deste Poder, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor NILTON ALVARENGA DUARTE, ocorrido no dia 08 do corrente, em São Paulo.

De tradicional família carioca, MILTON ALVARENGA DUARTE, era casado com a Senhora Lúcia Duarte, deixando dois filhos.

Famoso locutor e empresário da rádio Globo do Rio de Janeiro, MILTON ALVARENGA DUARTE, desapareceu aos 33 anos de idade, deixando uma lacuna nos meios de comunicação pelo seu dom artístico, onde vinha há mais de 11 anos, apresentando diversos programas como, Big Boy, Rítmos de Boite e outros, tendo como radialista, desempenhado brilhante atuação.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja oficiado à família enlutada, através da Rádio Mundial.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor SAUL RAIZ, Prefeito do Município de CURITIBA, solicitando providências junto às empresas de transportes coletivos objetivando gratuidade na condução de policiais em serviço.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### JUSTIFICATIVA:

Por ser de nosso conhecimento que apenas uma ou duas empresas de transporte coletivo desta Capital oferece gratuidade de condução aos soldados da Polícia Militar do Estado quando em serviço, entendemos necessária a extensão desse benefício por todas as concessionárias.

Justificamos a presente proposição respaldados no aspecto social que a mesma envolve e que decorre dos parcos soldos percebidos pelos milicianos encarregados da segurança da co-

munidade e pela alta responsabilidade que lhes é atribuída, no exercício de suas missões.

Constantemente o soldado é chamado a intervir em problemas de ordem pública que ocorrem no interior dos coletivos, sendo este o motivo preponderante para que se sensibilize o Senhor SAUL RAIZ, no sentido de que o mesmo determine à todas as empresas de transporte coletivo, a dispensa da cobrança de passagens em nossos ônibus.

Estamos convictos que o acima proposto será objeto das melhores atenções do Senhor Prefeito Municipal e da compreensão por parte das empresas, pois a presente medida vai de encontro às exigências da segurança da população curitibana.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando as seguintes informações:

- 1) Quais os municípios de nosso Estado que, no período de janeiro de 1976 a 31 de janeiro de 1977, outorgaram procuração a seus fornecedores ou entidades financeiras que, por antecipação de receita, ou outro título, tenham fornecido materiais ou efetuado empréstimos nos mesmos, para que estes recebam diretamente da agência poderes públicos do Banco do Estado do Paraná, seus haveres, descontados das Cotas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), a que cada município tem direito?
- 2) Qual o percentual de suas cotas, que cada município autorizou o pagamento na fonte?
- 3) Quais os municípios, que, sendo empossados os novos administradores, cancelaram tais procurações?
- 4) Quais os motivos alegados?

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

Os municípios brasileiros, por imperativo constitucional, mudam seus administradores em cada quatro anos.

É comum, assim que assumam os novos Prefeitos, noticiarem o endividamento insuportável de suas comunas.

As primeiras medidas, quase sempre são noticiadas como "saneadoras", quem sabe, procurando os novos mandatários, criar condições psicológicas para medidas mais extremas.

Os fornecedores, que muitas vezes contribuem, decididamente, para com as administrações, fornecendo materiais ou serviços especializados, vêm-se obrigados ao final de cada quadriênio, a exigir dos Prefeitos em exercício, documentos que lhes tragam garantia de recebimento na futura administração.

As procurações são outorgadas.

Em seguida, os novos Prefeitos são empossados, e encontrando os municípios em condições financeiras insustentáveis, procuram fórmulas visando soluções imediatistas.

E, segundo informações recebidas, algumas Prefeituras recorrem ao cancelamento das procurações outorgadas pelos antecessores, causando conseqüentemente, sérios e graves problemas aos fornecedores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

1. O crescente movimento verificado na BR-116, trecho Curitiba-Rio Negro, principalmente após o pleno funcionamento do I Distrito Industrial implantado recentemente naquela localidade;

2. A grande movimentação registrada na Rodovia do Xisto, que liga Curitiba à São Mateus do Sul, com a dinamização dos trabalhos na Usina de Xisto-piro betuminoso e, ainda os trabalhos intensos na Refinaria denominada Getúlio Vargas, em Araucária;

3. Que, como decorrência houve um substancial aumento no movimento da estrada Campo Tenente à Lapa, que liga a BR-116 à Rodovia do Xisto, estrada esta que se encontra em péssimo estado de conservação.

Requeiro, regimentalmente, ratificando pedido anterior, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para que, em face das informações acima contidas, se digne adotar as necessárias medidas visando o asfaltamento da estrada Campo-Tenente-Lapa.

Outrossim, requer-se, também, urgentes reparos na estrada especificada enquanto aguarda-se a providência acima.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de ser instalada Rede Telefônica Interna no município de Bituruna, o qual, dado o seu crescimento e importância, ressona-se daquele melhoramento.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente em nome desta Casa, ao Governador JAYME CANET JÚNIOR, de congratulações pelo recente lançamento da campanha de fomento à cafeicultura.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos em pleno acordo com o Governador Jayme Canet Júnior.

"Esta é a hora do Paraná plantar café."

O café como se sabe lidera a nossa pauta de exportação e é o produto que mais gera divisas ao País.

Em nossa opinião, foi é, e será ainda, por muito tempo, o nosso principal produto de exportação.

Daí porque achamos louvável, sob todos os aspectos, a campanha que hora se inicia, em nosso Estado, de fomento à cafeicultura, a qual, estamos certos, receberá o mais amplo apoio dos homens que labutam na agricultura, principalmente os da região cafeeira.

Anexando ao presente requerimento, para que conste nos Anais da Casa, o texto do pronunciamento do Governador Jayme Canet Júnior.

Esta é a íntegra da mensagem dirigida pelo governador aos cafeicultores do Paraná.

"Paranaenses:

Quem conhece a história do Paraná sabe que o café conquistou regiões, ajudou a construir cidades, criou e multiplicou riquezas. Mas nós não esquecemos ainda a geada de 1975, que destruiu quase cinquenta por cento, do parque cafeeiro paranaense. De 915 milhões de pés de café, só temos hoje em torno de 500 milhões. Em 76, a produção foi nula. Neste ano de 77, será pouco significativa. Somente no ano que vem, se Deus quiser, estaremos recuperando o potencial produtivo

de nossas lavouras cafeeiras.

Se a violência da quebra da produção no Paraná nestes dois últimos anos gerou um impacto negativo, temos de reconhecer que trouxe consequências positivas, como a alta cotação do café nos mercados internacionais.

A tendência para preços altos ainda permanecerá, porque se fizermos, rapidamente, uma análise da produção mundial, verificaremos que a África está vendo decrescerem as suas safras, por problemas de ordem política. A América Central começou a ser infestada pela ferrugem, que põe em risco suas colheitas futuras. Por outro lado, o consumo de café não diminuiu, fazendo com que os estoques mundiais sejam esgotados. Inclusive os nossos. Portanto, tudo isto leva a crer que as perspectivas para os próximos anos serão boas para nós, que nos dedicamos à cafeicultura.

Pensando desta forma, raciocinando assim, decidi ampliar a minha lavoura de café. Minha fazenda, dentro de pouco, terá um número bem maior de cafeeiros do que tinha antes da geada. Estou plantando café consciente do risco de uma possível geada, que pedimos a Deus para que não aconteça. Mas o risco existe. Assim mesmo, acho que compensa enfrentá-lo. Por isso, aqui estou, conversando com o cafeicultor do meu Estado, para que juntos analisemos a necessidade do Paraná plantar mais café. Esta é a razão de estarmos lançando, neste momento, a campanha de fomento ao plantio de café, mostrando aos cafeicultores as vantagens de coltarem a esta atividade em nosso Estado. Não queremos voltar à monocultura de outrora, que hoje será até maléfica. No Paraná, nós temos todas as culturas. A extraordinária soja, o trigo de que tanto o Brasil necessita, o milho, a menta, o algodão, o rami, o amendoim, o arroz, feijão. Mas também precisamos do café. Não vim aqui para induzir você, cafeicultor, a uma decisão. A opção é sua. E deve ser uma opção livre bem pensada, bem decidida. A nós como governo, cabe apenas dar aos meios para que qualquer que seja a sua decisão, ela possa ser plenamente concretizada. No caso do café, o governo federal, o IBC, tem um plano de renovação dos cafezais e financia o plantio: São 32 mil cruzeiros por alqueire que se plante café. Um recurso que está à sua disposição, cafeicultor, no Banco do Brasil e no Banco do Estado do Paraná, a juros subsidiados e com prazo de seis anos. Diversifique, cafeicultor amigo, a sua propriedade. Plante soja, plante trigo, plante milho, arroz, feijão, algodão. Olhe bem para o espigão de sua fazenda e reserve, nem que seja um pedaço dele, para o café.

Esta é a hora do Paraná plantar café".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, primeiro orador inscrito.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. Sebastião Pereira da Silva, digníssimo Prefeito Municipal de Cambará.

Com a palavra o Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDO): "Há dias, a imprensa nos deu a desagradável informação do aumento da tuberculose em nosso País, doença que tínhamos praticamente como que inexistente.

Carências alimentares, vida promíscua em ambientes desassistidos de higiene, altos custos dos medicamentos, dificuldades de atendimentos médicos, tudo isso concorrendo seriamente para o problema.

Mas, o fato é que as cifras já dizem que existem atualmente no Brasil, 200 mil tuberculosos em tratamento e cem

mil sem tratamento promovendo a sua contaminação de maneira a gerar suas naturais preocupações.

Não seria, entretanto, suficiente promover um exame, inicialmente regional, para chegar ao global, da população paranaense, sem que, antes de se dar a triste notícia de que alguém é portador dessa enfermidade, se estudasse a maneira de tratá-lo, de combater com eficiência tal doença, que a todos nós preocupa pelos danos que pode levar aos menos assistidos de recursos, de meios econômicos para se tratar.

Mas, no Paraná, felizmente, a Secretaria de Saúde está entregue, pela segunda vez, a um excelente homem público, o médico ARNALDO BUSATO, um verdadeiro sacerdote da carreira que abraçou e cultivou com desvelo, com amor, com humildade, fazendo com que sua pasta, o seu setor de trabalho seja dos mais apreciados do Governo do Estado.

Outro paranaense, com atuação nacional, o Sr. Reinhold Stephanes, dirige com grande vocação patriótica e humana, o Instituto Nacional de Previdência Social, o INPS.

Suscetível de críticas, de censuras como todos os órgãos que precisam dar atendimento, o mais variado, a milhões de brasileiros, não só os da cidade, como os do campo, das lavouras, das criações - o trabalho do responsável máximo pela sorte de milhões de brasileiros, na enfermidade, na velhice, ou na morte, vem sendo realizado, vem sendo feito com extraordinária coragem de encarar a realidade presente.

Diante o quadro esboçado, pedimos aos Srs. Deputados, para que sempre que possível for, esta Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná, sem alardes, se manifeste perante os dois referidos homens públicos.

Arnaldo Busato e Reinhold Stephanes - no sentido de que promovam, em conjunção, as medidas máximas ao seu alcance para deter e, se possível, diminuir a marcha da tuberculose em nosso Paraná, para cuja campanha, pelos seus elevados fins humanos e cristãos, se faça mobilização geral das comunidades, dos Senhores Prefeitos e Senhores Vereadores e das classes que lideram a economia paranaense, porque nada será motivo de mais satisfação para nós, os representantes do povo, que tomar conhecimento e participar dessa campanha em prol da saúde do próprio povo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos, neste instante, nos dirigindo à augusta Casa, ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e à imprensa do Paraná, com uma pequena observação, como dizia Benedito Valadares, para que não sejamos Tiradentes, com pescoço de outros.

Estamos, neste instante, Sr. Presidente, enviando à apreciação da augusta Casa, um requerimento no seguinte teor:

(LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a volta de seu requerimento datado de 10 de março, pedindo informações a uma das secretarias desta augusta Casa, na gestão passada.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a imprensa do Paraná pelos seus veículos credenciados nesta Casa, divulgou notícias que não alcançaram devidamente a opinião pública de nosso Estado, sobre os fatos que me levaram a retirada do referido requerimento, para que os fatos sejam esclarecidos e conseqüentemente a opinião pública do povo do meu Estado, seja informada com a verdade cristalina em relação ao procedimento de seus represen-

tantes nesta Casa de Leis."

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, terceiro orador inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, nobres Deputados.

(LEND): "Muitos já foram sacrificados.

Alguns talvez tenham o mesmo caminho, mas o desejo e a vontade do homem e dos brasileiros, tenho certeza se realizará.

Temos visto e ouvido o Governo apregoar que tudo vai bem, que o homem, que a família brasileira vive, que a liberdade é intocável e que o político vive clima de tranquilidade, podendo dizer o que sente e o que vê.

Tomara fosse verdade.

Tomara a família brasileira não vivesse à sombra do AI 5.

Tomara pudéssemos dizer que no ano que se aproxima as eleições se realizarão.

Tomara pudéssemos ter certeza que a democracia virá total e plena.

O último ato do Governo, em voltar atrás no empréstimo compulsório mostrou logo a seguir os elogios dos homens da ARENA e do Governo, apregoando que a posição assumida pelo Governo foi democrática e que se pensou, mais uma vez, no povo brasileiro.

Mas e antes?

Qual dos agora elogiados havia contestado a atitude tomada pelo Governo?

Nenhum.

Talvez, se amanhã o AI 5 fôr revogado se faça o mesmo.

O Governo voltou atrás de sua decisão e merece elogios, pois mediu as conseqüências que adviriam com maiores desempregos, com a indústria e o comércio a se prejudicar, enfim mediu os males que traria à nossa população.

Mas deveria também o Governo verificar se o homem brasileiro, aquele que trabalha nos diversos setores da vida nacional vai bem, se a sua família vive bem, come bem, veste bem, se seus filhos têm uma educação condigna.

De que adianta mostrar força e poder quando sabemos que a história nos mostra o que é real.

Deixemos, pelo menos, a história dizer que erramos, mas que em tempo enxergamos a realidade.

Desejo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, confessar que, como político, com mandato há oito anos, como Vereador em Curitiba e como Deputado, sinto-me extremamente magoado e desiludido ao ver os homens que comandam este Estado demonstrarem desentendimentos, prejudicando a meta principal que é o povo.

Todos nós temos visto através dos veículos de comunicação duas correntes do Partido do Governo a se degladiarem, mostrando à população, que mais parece o marisco, a falta de bom senso, demonstrando apenas interesses de grupos, uns a xingar os outros, faltando com o respeito para com o povo, que nada tem com a disputa política e econômica dos dois grupos.

E a prova ficou evidenciada quando vimos o Sudoeste e parte do Oeste do nosso Estado ficar privado de ter conhecimento, através de televisão, do dia a dia de nosso Estado e de nossa Nação, só porque os Neystas do Governo e da Telepar acharam por bem não renovar contrato com o grupo chamado Pimentelista, demonstrando desta forma que o que menos interesse é o povo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para completar e para terminar. A ganância do poder cega, mas a história os colo-

cará em seus devidos lugaresm disso temos certeza.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quarto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista injustificável menção dos nomes do meu pai, Dr. Luiz Losso e do meu irmão, Dr. Santiago Losso, em reportagem ontem publicada no jornal, “O Estado de São Paulo”, a bém da verdade julgo oportuno destacar o seguinte: O Dr. Luiz Losso que na Legislatura anterior exerceu a elevada função de Deputado Federal e é funcionário desta Casa há muitos anos, milhares de pessoas, poderão testemunhar, presta atendimento diário a notável número de coestaduanos que procuram o meu Gabinete nesta Assembléia, e especialmente no período da manhã a sede de trabalhos da Alameda Princesa Isabel, 964, onde normalmente, me encontro desde quando Vereador à Câmara Municipal de Curitiba.

Assessorando-me, também, na preparação de pronunciamentos, proposições e pareceres, estando para isto, regularmente nesta Casa.

Outrossim, o Dr. Santiago Losso, que sempre foi ativo e eficiente assessor, todo o Estado sabe, que atualmente, exerce a função de Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, não estando vinculado funcionalmente a esta Assembléia Legislativa, como poderá ser facilmente comprovado.

Assim, para que dúvidas não parem, fica registrado meu protesto, pela incorreta informação, talvez, suscitada ao ilustre jornalista daquele órgão de imprensa, por alguém, alheio à realidade, ou movido por lamentável má fé.

Era só, Sr. Presidente.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, quinto orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, na oportunidade, levar ao conhecimento da Casa, que hoje, às nove e meia na Associação dos Municípios do Paraná, foi eleita a nova Diretoria, tendo na sua Presidência, o Dr. João Paulino Vieira Filho, Prefeito de Maringá, e por este motivo, estamos apresentando um requerimento, submetendo-o à apreciação dos eminentes Deputados, congratulando-nos com esta nova Diretoria eleita.

Mas, não poderia, neste momento, deixar de registrar também, o nosso reconhecimento pelos serviços prestados pelo Presidente da Associação dos Municípios, ex-Deputado e ex-Prefeito, Benedito Pinto Dias que, à frente daquela Associação, prestou relevantes serviços, adquirindo a sua casa própria com um andar, no Edifício Wawel, na Praça Osório; realizou o Congresso de Foz do Iguaçu, onde aprovaram a Carta Municipalista, uma verdadeira doutrina municipalista; promoveu vários encontros em favor do municipalismo.

O nosso reconhecimento pelos seus serviços prestados.

(LÊ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Paraná, tendo à sua frente, como Presidente o Prefeito JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO, de Maringá e nos demais cargos os Senhores: Prefeitos João Cioni Neto, primeiro Vice; Luiz Bonato, Segundo Vice; Acyr Kit, Secretário-Geral; Diogo de Almeida, Tesoureiro Geral.

Conselho Deliberativo: Presidente, Prefeito Manoel Fernandes da Silva, Secretário, pref. Rizio Waschowicz.

Conselho fiscal: Membros — Prefeitos Antônio Franco Ferreira da Costa, Gilberto Brites, João Batista Arruda, Ercílio Dalasen, José Andrade e Odílio Balbinotti.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste a todos os membros citados.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Iniciamos, como já dissemos, há mais de 5 meses, pesquisas no sentido de alcançar o nome, o número e a quantidade de funcionários deste Poder que, de sua receita recebem os vencimentos e que a este Poder não prestam serviço.

Tivemos e mantivemos o cuidado de evitar a citação de nomes, sem que primeiro tivéssemos a certeza da realidade das informações.

Fomos procurados diversas vezes pela imprensa e negamos quase que na constância dessas vezes, as informações solicitadas por sentir que as injustiças são cometidas em todas as formas d e inquérito e sem que antes alcancem o objetivo fundamental da verdade.

Sentimos que o nosso trabalho nestes dias sofreu uma mutação extraordinária.

Não sei se ele recebeu, pela publicação contida em página do “O Estado de São Paulo”, do dia 13, melhores subsídios para alcançar o objetivo colimado, ou foi prejudicado na sua caminhada, para o alcance desses objetivos.

Cabe-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, proceder a leitura deste publicado e pedir que faça constar dos Anais da Casa, os nossos requerimentos em busca da verdade que pretendemos, haverão de continuar, porque sentimos e estamos conscientes de que a responsabilidade sobre o fato pesa ao Poder, pesa muito mais à Comissão Executiva deste Poder.

Permita-me nesta oportunidade, proceder a leitura do que publicou “O Estado de São Paulo”, do dia 13 do mês corrente.

(LÊ): “Nem mesmo o Deputado Benedito Lúcio Machado, acredita que a instalação do relógio ponto e livro de presença na Assembléia Legislativa do Paraná, medidas propostas por ele, ainda na semana passada, obriguem as centenas de funcionários” -

— Veja bem, Sr. Presidente, “as centenas de funcionários” atualmente espalhados por todo o país e até mesmo pelo exterior, a prestarem serviços efetivos.

Segundo o Parlamentar, este é apenas o primeiro passo para desvendar a meada de favorecimentos que permite a manutenção da figura do funcionário fantasma há muitos anos, na Assembléia Legislativa.

Com a fiscalização, Benedito Lúcio Machado pretende definir qual o número exato de servidores ligados ao Legislativo que não aparecem para trabalhar, embora não saiba como irá enfrentar a possibilidade de um funcionário marcar os cartões pelos ausentes, numa “colaboração” muito comum em repartições públicas, que poderia manter o quadro obscuro, por mais alguns anos.

Na verdade, a idéia do cartão de ponto é apenas mais uma tentativa de acabar com os funcionários-fantasmas que, segundo cálculos do próprio Deputado, atingem 70 por cento do total de 623 servidores desse Poder.

Esse número, para o Deputado Deni Schwartz, também do MDB, não chega a tanto; vai apenas a 40 por cento dos servidores, enquanto Edilson Alencar, também emedebista, garante que, dos 623 servidores, apenas 200 trabalham.

Entretanto, o ex-Presidente da Assembléia, o arenista Paulo Affonso Alves de Camargo, encara a situação com oti-



miismo. "O atual número de funcionários é pequeno se fôr considerado que, em 1964, antes da limpeza promovida pela Revolução, eram 784".

Mesmo com essa "limpeza", a Assembléia passou por Inquérito Policial Militar em 1969, logo depois da edição do AI 5.

Naquela época, lembra agora o então Primeiro Secretário Jorge Sato, alguns funcionários pediram demissão, por não terem condições de cumprir seus expedientes e outros poucos foram demitidos.

Em 1975, como a situação dos funcionários fantasmas se mantinha inalterada, o emedebista José Domingos Scarpelini, chegou a pedir a aplicação do AI 5 — dispositivo que ele defendeu em outras ocasiões contra os ausentes, enquanto outros Deputados mais realistas, solicitavam informações, faziam denúncias, pediam providências.

"O dia em que vierem todos os funcionários ao trabalho não terão nem onde sentar", comentava ainda na semana passada o Deputado José Domingos Scarpelini, de fato os 263 servidores, somados ao também numeroso contingente de visitantes, que, diariamente, gravita em torno da Assembléia, teria dificuldade de se acomodar nas 777 cadeiras e 800 mesas da Casa.

As 263 máquinas datilográficas seriam insuficientes, e haveria de observar-se que a maior parte dos 623 funcionários se manteria de pé, numa agitada circulação pelos corredores, como a que ocorreu no dia posterior ao da eleição da Mesa, capaz de arrancar de Scarpelini a afirmação de que "parecia que ia haver uma churrascada aqui".

#### A ESPERA DA MESA

Benedito Lúcio Machado levou suas preocupações ao Plenário.

"O instinto de revolta se manifestou nestes três dias, porque vimos funcionários altamente remunerados bajulando os altos dirigentes da Mesa para ficarem mais dois anos recebendo sem prestar serviços".

Na verdade, boa parte dos servidores compareceu à Assembléia naqueles dias para certificar-se de que a eleição da chapa arenista, encabeçada por Ivo Thomazoni, representava a oportunidade de permanecerem mais dois anos, até a próxima eleição da Mesa, recebendo vencimentos sem darem o expediente correspondente.

Os números do orçamento da Assembléia do Paraná demonstram, por outro lado, que o excesso de funcionários não é o único problema dos 121 milhões de cruzeiros previstos no orçamento deste ano, 93 milhões serão destinados ao pagamento de pessoal — incluindo os rendimentos dos 54 Srs. Deputados, estimados em aproximadamente 16,5 milhões — o que revela que o gasto anual, por funcionário, está na ordem de 114 mil cruzeiros.

Investimentos desse nível deixam para trás, por exemplo, a Assembléia mineira que, com seus 651 funcionários servindo a 61 parlamentares, gastará, com pessoa, 83 mil e 860 cruzeiros, num custo aproximado de 104 mil cruzeiros por funcionário.

Não é diferente a situação dos veículos à disposição da Casa: a Assembléia do Paraná tem 29 automóveis; a gaúcha tem apenas 9; a mineira 12; e a pernambucana e a baiana 10 cada uma.

Tal situação levou o deputado Deni Schwartz a comentar recentemente que "na Assembléia do Paraná não existe luta por cargos, mas por carros e verbas".

Na movimentação de verbas, outro sintoma de ostentação: enquanto outros Legislativos tentam implantar uma política de contenção de gastos, como por exemplo a Assembléia Mineira, onde não existe verba de representação, ou a baiana,

onde somente o Presidente tem 50 mil cruzeiros mensais, na paranaense a Presidência teve a autorização, para gastar, no ano passado, 100 mil cruzeiros com representações, festividades, recepções, hospedagens e homenagens.

E o restante da Mesa, as lideranças do Governo e os dois Partidos, foram igualmente autorizados a gastar 335 mil cruzeiros com festividades em 1976.

Outros 70 mil cruzeiros foram liberados enquanto as passagens, transporte de pessoal, e suas bagagens consumiram — do total de verbas destinadas à Mesa e às Lideranças — 295 mil cruzeiros.

Isto sem falar dos 685 mil gastos com instituições educativas, culturais, de assistência social e saúde pública.

Duas chapas concorreram à última eleição da Mesa: uma liderada pelo Arenista Ivo Thomazoni, a vencedora, e a outra encabeçada pelo Deputado Accioly Neto, também da ARENA, mas que estava sendo apoiada pela Bancada do MDB, apresentando-se com a disposição de moralizar a Casa, inclusive no que se refere aos funcionários ausentes.

Apesar disso, Accioly, que se identificou como funcionário da Assembléia, recusou-se, na semana passada, a comentar o problema dos funcionários fantasmas, explicando apenas: "Fica muito difícil para mim, acusar meus próprios companheiros de trabalho, pois, mais tarde, quando deixar a vida parlamentar e reassumir as minhas funções, serei marginalizado".

Contudo, não nega a existência dos "fantasmas".

Perdida a eleição, o Partido da Oposição voltou à carga contra as irregularidades do Legislativo.

Dessa vez, coube ao emedebista Benedito Lúcio Machado

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não foi a perda das eleições para a Mesa Executiva, embora a nossa bancada, o Movimento Democrático Brasileiro, pretendesse alcançar a direção executiva do Poder Legislativo com um plano de moralização, inclusive, do trabalho e procedimento deste Poder; não foi porque o meu Partido perdeu as últimas eleições para a Comissão Executiva, desta Casa, que professou estas denúncias através de nossas palavras.

Isto, já disse por muitas e muitas vezes aqui desta tribuna, é um trabalho que venho fazendo por mim, é um trabalho que venho movimentando há mais de cinco meses, para poder verificar, dentro do Instituto de Justiça, o que vem acontecendo com referência aos funcionários deste Poder.

E segue, Sr. Presidente, o pensamento do "O Estado de São Paulo", contido na página da edição do dia treze do corrente mês, para, em seguida, citar uma série de nomes, de funcionários, que, por ele pesquisados, foram encontrados nos mais diversos lugares deste Estado e, inclusive, indica a localização do funcionário deste Poder, que se encontra lotado no escritório do Rio de Janeiro e recebendo vencimentos codificados para seu nome, aqui, no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, diversos requerimentos já encaminhei à Comissão Executiva deste Parlamento, solicitando as informações que julgo por demais necessárias para que se verifique até que ponto chegou, ou possa ter chegado a falta de cuidado para com a estruturação deste Poder que é, acima de tudo, a representação da vontade, da honra, da dignidade do povo do Paraná.

Nenhum destes requerimentos, ainda, foram até agora deferidos ou indeferidos.

Queria apenas esclarecer desta tribuna que as denúncias contidas no "O Estado de São Paulo" do dia 13 do corrente mês, não correspondem, em seu todo e, somente em parte, informações por nós dadas, porque até agora, por uma questão de respeito e medo de cometer injustiças, embora sabendo de inúmeros funcionários chamados "fantasmas" que continuam recebendo deste Poder e a ele não prestam serviços, tivemos o



cuidado de omitir nomes e só iremos esclarecer nome por nome, no instante em que alcançarmos aquilo que objetivamos, a localização e a confirmação de que esses funcionários existem e que estão fora deste Poder.

Mas, entendendo que a responsabilidade maior, entendendo que a responsabilidade é grande, entendendo que a responsabilidade total está sobre os ombros da dígna Comissão Executiva deste Poder, hoje apresento, nesta oportunidade, uma sugestão a V. Exa., Sr. Presidente, e, espero que ela seja acatada porque acredito que seja o meio seguro para chegarmos ao porto que pretendemos, para chegarmos à posição que queremos chegar, a fim de encontrarmos o ponto forte e seguro da moralização deste Poder.

E eu vi ainda, na sexta-feira passada, o destaque que me dava o "Diário do Paraná", colocando-me como se fosse a expressão de interesse do Sr. Governador em desmoralizar este Poder, colocando-me em destaque numa de suas páginas, fazendo menção sobre o trabalho estafante e até perigoso, porque temos, nestes dias, recebido, inclusive, telefonemas anônimos e, naturalmente, correspondentes de ameaças de funcionários, desses maus funcionários que têm a coragem de dizer como um disse aqui "que vem receber os caraminguás de seus direitos; não que precise desse dinheiro da Assembléia, porque é um homem rico, enquanto centenas de funcionários deste Poder, ou uma centena, pelo menos, estão aqui, diuturnamente, para receber as migalhas de mil, mil e poucos cruzeiros por mês, de vencimentos,"

O que nós combatemos e queremos combater até o final de nosso mandato é tudo aquilo que seja injustiça e que, principalmente, caracterize injustiça ao homem porque o homem é feito à figura de Deus e deve ser respeitado, e o poder para representar o homem e dignificar o homem; porque o homem nasceu primeiro, para depois nascer o poder.

Não interessa que seja ele o nosso companheiro de bancada ou seja ele nosso adversário de política.

Interessa que ele cumpra o seu dever e que responda, com dignidade, por aquilo que recebe, porque todo dinheiro do cofre público é do Poder Público — é dinheiro do povo é arrancado da economia particular, da economia de quem trabalha nas mais diversas atividades, neste ou qualquer País do mundo.

Entrarei então, Sr. Presidente, nesta oportunidade com requerimento de sugestão onde peço, inclusive, que a Comissão que pretendo sugerir vá em busca do conhecimento de denúncia que tenho em mãos, de que existe funcionário deste Poder até no exterior e que continua recebendo os seus vencimentos.

(LÊ):

#### “REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que, os fatos por mim suscitados com referência a funcionários deste Poder que se encontram afastados de suas obrigações funcionais e recebendo fielmente os vencimentos que lhes são atribuídos, estar a esta altura, caracterizado por notícias de caráter nacional, conforme se pode observar em publicação levada a efeito pelo jornal "O Estado de São Paulo", edição de domingo, dia 13 do corrente mês, sugerem seja constituída Comissão de Sindicância composta de seis Deputados, três de cada bancada para no prazo não superior a cinco dias, fornecer a esta corte **RELAÇÃO NOMINAL DE TODOS OS FUNCIONÁRIOS QUE SE ENCONTRAM FORA DO TRABALHO, INCLUSIVE QUALQUER DAQUELES QUE LOTADOS NO QUADRO DO FUNCIONÁRIO DO PODER POR VENTURA ESTEJAM NO EXTERIOR.**

Por ser responsabilidade eminentemente da Comissão Executiva, o presente requerimento independerá que qualquer apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1977"

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deve aos Srs. Deputados uma explicação.

Recebeu requerimentos do Exmo. Sr. Deputado Lúcio Machado, versando sobre a situação de funcionários do Quadro Próprio da Secretaria deste Poder e de funcionários adidos de outros Poderes, à disposição da Assembléia Legislativa do Estado.

A Mesa determinou, tão logo nomeou os novos Diretores, que se procedesse levantamento e fosse fornecida à Mesa relação nominal dos Srs. Funcionários da Casa com lotação, vencimentos e vantagens.

Deseja, ainda, a Presidência informar não haver recebido informações solicitadas através de determinação da Comissão Executiva.

Tão logo as receba, o Sr. Deputado autor dos requerimentos haverá de receber as informações solicitadas.

Deve a Presidência, em nome da Comissão Executiva informar também, que os funcionários de outros Poderes à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aqui estão através de Decretos, com vigência até 31 de março do corrente; e, os poucos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado à disposição de outros Poderes também estão através de Decretos, cujo prazo expirará a 31 do corrente mês.

Deseja a Presidência informar a S. Exa. o Sr. Deputado Lúcio Machado que é intenção da Mesa não renovar a solicitação de funcionários de outros Poderes para prestarem serviços na Assembléia Legislativa do Estado, e, estuda também a possibilidade de solicitar o retorno dos funcionários deste Poder que estejam prestando serviços ao Poder Executivo, Poder Judiciário, Prefeituras Municipais ou ao Tribunal de Contas.

Acredita a Presidência nada poder adiantar em termos de providências, antes de esgotado o prazo determinado, pelos Decretos Executivos, Judiciários ou Legislativos, que colocaram à disposição de outros Poderes, funcionários dos seus quadros.

A Presidência informa também aos Srs. Deputados, que tem respeito pelos Srs. Deputados que integraram a Mesa, no período imediatamente anterior.

Não desconhece a atual Mesa da Assembléia Legislativa do Estado, os fatores que determinaram o procedimento administrativo relacionado com o funcionalismo da Casa.

Porquanto, é norma, que há longo tempo vinha sendo adotada com o respaldo não de um, mas dos diferentes partidos políticos que aqui mantêm representação.

A Presidência deseja e espera, que o Sr. Deputado Lúcio Machado empreste um voto de confiança a esta administração, porquanto, nenhum ato relacionado com requisição ou concessão de funcionários, de outros, ou deste Poder, foram ainda objeto de deliberação desta Mesa Diretora.

Sabe a Mesa, que a imprensa nacional noticiou o fato denunciado por V. Exa., Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, mas não constitui a publicação da denúncia, como jamais constituirá, qualquer motivo de pressão, para que esta Mesa deixe de adotar as providências que considera necessárias para salvaguarda do bom nome deste Poder.

V. Exa. sugere a constituição de uma Comissão de seis Srs. Deputados, para levantarem dados que a Mesa já solicitou, chegassem às mãos de V. Exa.

Tão logo a Comissão Executiva receba as informações solicitadas, terá V. Exa. ciência da realidade funcional desta Casa.

Era a informação que cabia prestar, em nome da Comissão Executiva e dos demais membros da Mesa.

A Presidência consulta o Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, se deseja ocupar o horário destinado ao MDB. O SR. TRAJANO BASTOS — Fará o horário destinado à liderança do MDB, o Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio. O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Sr. Presidente, Srs. Deputado.

(LENDO): — “Ocupo a tribuna neste momento para relatar, o que vimos e ouvimos de positivo no I Congresso Nacional sobre a Economia Orizícola

As principais proposições apresentadas e aprovadas no Congresso Nacional sobre a Economia Orizícola, primeiro refere-se a instituição de um fundo Nacional de Eletrificação Rural; aquisição de motores e equipamentos elétricos.

Tese apresentada pelo INCRA.

A política de preços.

Tese também apresentada pelo INCRA, propondo aos órgãos do Governo o estabelecimento de um preço básico para o Arroz tipo 4.

A Delegação do Rio Grande do Sul, constituída pelos seguintes membros Gil Marques e Homero Pêgas Guimarães—este Presidente da Fearroz (Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul), apresentarem a seguinte proposição:

1- que os preços mínimos sejam fixados, levando-se em consideração exclusivamente o custo de produção, interiorizado;

2- que os preços mínimos sejam fixados 60 dias antes do plantio, e revisados, 30 dias antes da colheita, de acordo com os custos efetivamente suportados durante o desenrolar da cultura.

Já a Federação da Agricultura de Santa Catarina, defendem a necessidade de garantir ao produtor melhores possibilidades e facilidades na cobrança de financiamentos, especialmente para aqueles que empregam melhor tecnologia nas suas Culturas.

Sendo sugerido o financiamento a taxa de juros-zero para o calcário e fertilizantes.

No tema, Financiamento e Crédito a Federação da Agricultura de Goiás e o Distrito Federal apresentaram proposição no sentido de que haja melhor planejamento e agilização da concessão de empréstimos, fixação do financiamento do custeio à lavoura de arroz em 100 por cento do preço mínimo estabelecido pela Comissão de Financiamento à produção e a agilização dos empréstimos.

A representação paulista no I Congresso Nacional sobre a Economia Orizícola postulou a instituição de um financiamento da produção que sirva para amparar o Agricultor, logo após a colheita e lhe dê condições de colocar o seu produto a preços que compensem o seu investimento.

Participaram do I Congresso Nacional sobre a Economia Orizícola, os convidados:

Rubens Dantas da Silveira, empresário rural no Rio Grande do Sul — que fez uma conferência sobre a comercialização do Arroz, depois de chamar a atenção para a gravidade da situação atual dos Orizicultores brasileiros, quando uma nova safra já está chegando a milhões de toneladas ainda se encontram estocadas por falta de mercado para exportação definiu sete pontos básicos que, no seu entendimento são imprescindíveis para que se crie uma situação mais estável e tranqüila.

Os pontos são os seguintes: definição de uma política nacional de Orizicultura; fixação de preços mínimos do arroz de tal forma que cubram, pelo menos, os custos de produção; extinção do tabelamento do arroz; estocagem reguladora de pelo menos oito milhões de sacos de arroz, pelo INCRA (Instituto Rio Grandense de Arroz), e Cooperativas de produção; exportação de uma cota mínima de 500 mil toneladas anuais, pelo mesmo preço de mercado interno seja mais altos; liberação de amplas faixas de promissórias rurais; financiamentos especial do Governo Federal ainda este mês, para aliviar a grande tensão existente entre os produtores.

Por sua vez, o industrial Carlos Alberto Brood chamou a atenção para o fato de que muitos agricultores, principalmente os pequenos, já foram forçados a fechar devido a crise no setor.

Um dos pontos mais importantes de sua palestra, foi a denúncia de que, enquanto em 1976, os gêneros alimentícios em geral tiveram um aumento de 76 por cento, o arroz não subiu além de um por cento, gerando com isso a descapitalização do produtor e do industrial que não têm condições de sobrevivência.

E Celso Barroso Leite, Secretário do Ministério de Previdência Social, este último fez uma palestra e debateu com os congressistas o sistema de Previdência Social Rural”.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero apenas lembrar, ao Plenário e à Presidência, colaborando com V. Exa. com quem tive a honra de me fazer presente naquele Congresso, que uma das metas daquele conclave refere-se, sobretudo ao homem do campo.

E isso interessa mais de perto aos Deputados da Oposição que têm como uma de suas metas o problema social, o problema levantado, já no início da legislatura pelo nobre Deputado Lúcio Machado, é preocupação peculiar à sua região.

E aquela autoridade que lá compareceu, além de demonstrar falta de conhecimento — que me perdoe a ausência — falta de conhecimento do assunto, demonstrou também falta de conhecimento da legislação dos trabalhadores rurais.

Desconhecia, inclusive, a regulamentação da legislação pertinente ao trabalhador rural, e se ela estava ainda em vigor, dando uma excelente “aula de futebol”.

O SR. ERNESTO DAL’OGLIO — Agradeço o aparte de V. Exa.

(Lendo): “O ponto de destaque, nos trabalhos do I Congresso Nacional sobre Economia Agrícola que se realizou em Porto Alegre, na sede da SOGIPA, foi a participação do ex-Ministro da Indústria e Comércio Marcos Vinícios Pratini de Moraes, atualmente na Presidência Centro de Estudos do Comércio Exterior.

Ele fez uma análise do mercado internacional para vários tipos de produtos, detendo-se mais no ARROZ e chamando a atenção para o fato de que os grandes centros consumidores mundiais estão dando preferência para produtos manufaturados.

O resto, como diz a imprensa gaúcha, obedeceu a mecânica seguida num encontro destes, propõe-se a discutir, aprovar-se e inserir-se num documento final enviado às autoridades: e todos ficam à espera de decisões favoráveis dos órgãos competentes.

No entanto, não nos surpreende nos tempos difíceis em que vivemos, serem as negativas mais comuns — mas a esperança nunca morre.

A Economia Agrícola deste País, vive, salvo alguns produtos, instantes de apreensões e dificuldades, em vista da política dos preços mínimos.

Os produtores de carne, leite, trigo, arroz, e hortigranjeiros estão desestimulados com a carência da expectativa de lucratividade para o desempenho dessas atividades econômicas”.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nobre Deputado, permita-me solicitar mais um aparte, apenas com o intuito de colaborar: aquela autoridade, ou melhor, ex-autoridade, pois que foi Ministro de Indústria e Comércio do Governo Médici, falou naquele conclave, para o qual foi especialmente convidado, que uma das razões do comércio exterior do Brasil ser fraco é devido a falta de agressividade dos produtores brasileiros, no que eu discordo daquela autoridade.

Discordo sobretudo, porque, ao se lançar no comércio internacional, é preciso que o Governo tenha interesse na exportação dos seus produtos para satisfação do equilíbrio da sua balança de pagamento.

É evidente que as Embaixadas e os Consulados que se

estabeleçam nos outros países, estimulem essas programações e, pareceu fácil aquele Ministro citar a norma de que os agricultores devem viajar para o exterior, como se o agricultor tivesse condições de fazer turismo internacional.

Acho um absurdo que, um homem como Pratine de Moraes, venha dizer, alegremente, que é fácil se conquistar mercado internacional. Era esta a intervenção que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. ERNESTO DAL'OGGIO — Agradeço o seu aparte, nobre

Deputado Fidelcino Tolentino, que veio trazer mais luz ao sucinto resumo desta nossa permanência em Porto Alegre.

(Lendo): "O produtor rural está angustiado, pois a Política Nacional de preços, não consegue justificar o aviltamento dos preços de seus produtos, agravados ainda por constantes acréscimos dos fatores de produção e ônus tributários.

A política agrícola é ditada pelo Governo Federal, independente dos Governos Estaduais.

E, nesse mister, o produtor rural, não consegue bem interpretar a ação contemplativa dos Governos Estaduais, quando aceitam silenciosamente decisões que põem em risco a empresa rural, responsável maior da Renda Federativa.

Pergunta-se, seguidamente, se é dever ou não dos Governos Estaduais, de suas Secretarias, defenderem um melhor tratamento para a Agroecologia; se a Agricultura está sendo marginalizada, do outro lado, a industrialização monopolizou todos os fatores e procedimentos políticos, transformando-se em meta prioritária.

Urge uma tomada de posição mais agressiva da parte dos Governos Estaduais em defesa de uma política agrícola mais consentânea com a realidade de sua Agroecologia.

A agricultura e a pecuária não podem continuar num processo de descapitalização permanente, o que provocaria o êxodo dos campos e uma crise insolúvel no abastecimento público.

Isso apenas como primeiras e mais imediatas conseqüências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos parece preferível que o Governo deva comprar os produtos de difícil comercialização, pagando preço justo, estimulante e compensador ao produtor, mesmo que venda com prejuízo. É preferível, do que estar, de momento a momento, importando carne, arroz, trigo, leite, hortigranjeiros, feijão, cevada, pipoca, e outros, como tem acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, se deseja ocupar o espaço reservado à Aliança Renovadora Nacional . . . . .

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 120/76, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a entidade denominada "Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil", com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando a volta de seu requerimento datado de 10 do corrente. — À consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado

lido da tribuna, solicitando seja constituída uma Comissão de Sindicância, composta de seis Srs. Deputados, três de cada partido para no prazo não superior a cinco dias, fornecer a esta corte relação nominal de todos os funcionários que se encontram fora do trabalho. — À consideração da Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Milton Alvarenga Duarte, ocorrido em São Paulo.

A Presidência deseja associar-se às manifestações de pesar, porquanto o extinto Sr. Milton Alvarenga Duarte foi na vida radiofônica, um valoroso locutor e empresário da Rádio Globo do Rio de Janeiro. Desapareceu aos 33 anos de idade, deixando uma lacuna nos meios de comunicação e meios artísticos. — Em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Doutora Helena Doi Myamoto, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Devanir de Lucas, ocorrido na cidade de Cornélio Procopio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pelo recente lançamento da campanha de fomento à cafeicultura, solicita ainda a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento aos cafeicultores do Estado. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de rede telefônica interna no município de Bituruna. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova diretoria da Associação dos Municípios do Paraná. — Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo providências junto às empresas de transporte coletivo, objetivando gratuidade na condução de policiais em serviço. — Em discussão.

O SR. ALFREDO GULIN — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne adotar providências visando o asfaltamento da estrada Campo Tenente-Lapa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encaminhando pedido de informações referentes a descontos efetuados por municípios das cotas do ICM. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

RDEN DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 120/76; e marcan-

do ainda uma sessão extraordinária, para terça-feira, dia 15, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 128/76.

Levanta-se a sessão.

**PORTARIAS:**

**PORTARIA NÚMERO 79/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1323, de 09 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ALEXANDRE RADICHEWSKI — Mat. 388 — AL PL "16"

ARLETTE BELMONT ZEBALLOS — Mat. 235 — DA PL "23"

FLODOALDO TRINDADE — Mat. 091 — Méd.

IVO GUSSO — Mat. 264 — SC

MÁRIO AUGUSTO GUERRA — Mat. 170 — OSG PL "19"

THEREZINHA FORMIGHIERI SIMÕES — Mat. 089 — Aux. Téc. PL "28".

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 80/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 980, de 20 de fevereiro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula número 030, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 81/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**RESOLVE:**

I — revogar a Portaria número 114/75, de 25 de março de 1975, que designou o funcionário ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, matrícula 096, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria; e,

II — designar o funcionário acima citado, para exercer as funções inerentes ao seu cargo junto ao Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 82/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1106, de 04 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

designar, NEYDE LACERDA NETO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 83/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1017, de 01 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

conceder a ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula número 183, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 02 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 84/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1027, de 02 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário GERSON NEMES, matrícula número 508, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 85/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 993, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula número 145, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 86/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1009, de 01 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária MARLENE DE BRITO PERRONE, matrícula número 222, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 87/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 992, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir, para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, às funcionárias EUTHALIA MARTINS DA SILVA, matrícula número 245, ocupante do cargo de nível PL "23" e MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI, matrícula número 425, ambas da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 88/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 982, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário GABRIEL BROTTQ, matrícula número 335, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 89/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1112, de 04 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, à funcionária ALBA LYGIA ARAUJO E GARCIA, matrícula número 111, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 90/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 958, de 25 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, aos funcionários SOLON FONTOURA RODRIGUES, matrícula número 407, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação e FRANCISCO BUBNIAK, matrícula número 367, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 91/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1354, de 09 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário UAHIB ABRAHÃO TANUS, matrícula número 018, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 92/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1364, de 10 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário LUIZ FERNANDO Martins DE OLIVEIRA, matrícula número 398, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 93/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1187, de 07 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder a GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1976, a partir de 01 de março de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 94/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1239, de 08 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário JOÃO FARINHAK, matrícula número 210, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

## PORTARIA NÚMERO 95/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número

1191, de 07 de março de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, ao funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula número 320, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 96/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

designar, JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula número 394, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria do Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 97/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**RESOLVE**

designar, JOSÉ ANGELI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços de Motorista, no Gabinete da Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 98/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**RESOLVE:**

designar, AYRTON COSTA LOYOLA, matrícula número 002, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para assessorar o Diretor do Departamento de Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1977

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral